



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

21/11/2014 ATÉ 21/11/2014



INDÍCE

1	BLOG DO DJALMA RODRIGUES	
	1.1 JUÍZES.....	1
2	BLOG DO MINARD	
	2.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	2
3	BLOG EVAN DE ANDRADE	
	3.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	3
4	BLOG LUÍS CARDOSO	
	4.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	4
5	O IMPARCIAL ONLINE	
	5.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	5
	5.2 COMARCAS.....	6
	5.3 EXECUÇÕES PENAIS.....	7 8
	5.4 JUÍZES.....	9
6	SITE 180 GRAUS	
	6.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	10 11 12
7	SITE CENTRAL DE NOTÍCIAS	
	7.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	13
	7.2 EXECUÇÕES PENAIS.....	14
8	SITE G1	
	8.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	15
9	SITE IDIFUSORA	
	9.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	16
10	SITE JUSBRASIL	
	10.1 AÇÕES TJMA.....	17
	10.2 EXECUÇÕES PENAIS.....	18
	10.3 SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	19
11	SITE SUA CIDADE	
	11.1 SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	20
12	SITE TV GUARÁ.COM	
	12.1 DECISÕES.....	21
	12.2 SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	22

Prefeito de Bacuri tem bens bloqueados

O juiz titular da Comarca de Bacuri, Marcelo Santana Farias, determinou o bloqueio dos bens do prefeito e de todos os requeridos em ação motivada pela morte de oito estudantes e lesão corporal de outros oito alunos da rede pública estadual de ensino, transportados irregularmente em veículo tipo "pau-de-arara", em acidente ocorrido no dia 29 de abril deste ano. A decisão é datada do último dia 18 de novembro.

Entre os que tiveram os bens bloqueados estão José Balduino da Silva Nery (prefeito do município), Andrew Fabrício Ferreira Santos (sócio da Conservis Construção Comércio e Serviço), Célia Vitória Neri (secretária de educação), Gersen James Correia Chagas, Flavia Regina Assunção de Azevedo e Maria José dos Santos Nascimento, estes três últimos integrantes da Comissão Permanente de Licitação.

A decisão alcançou, também, Wagno Setúbal de Oliveira (pregoeiro), Raimundo Nonato Amorim (equipe de apoio), Arcy Fonseca Gomes (assessor jurídico), bem como a empresa responsável pelo transporte escolar, Conservis Construções Comércio e Serviços Ltda. até o limite de R\$ 1.092.700. Esse valor é relativo ao contrato firmado para prestação do serviço de transporte escolar, o qual, de acordo com a ação, apresenta irregularidades formais na licitação, realizada por meio do pregão 008/2013.

O bloqueio dos valores deve ser feito via BacenJud ou através do Banco Central nas contas correntes, poupança ou demais investimentos dos requeridos. A movimentação das contas ou investimentos somente poderá ocorrer "por determinação do Juízo, salvo os créditos de natureza alimentar e valores que ultrapassem a quantia bloqueada". Os bens dos quais a Justiça determinou a indisponibilidade ficam impedidos de ser transferidos por atos de alienação ou disposição.

Os cartórios de registros de imóveis de Cururupu, Pinheiro e São Luís, assim como Departamento Estadual de Trânsito e a Junta Comercial do Maranhão devem ser oficiados da decisão para averbar nas matrículas dos bens a restrição de indisponibilidade (cartórios), anotar restrição de venda em veículos de propriedade destes (Detran) e se abster de registrar e/ou arquivar contratos que importem alienação de quotas de capital social ou participação em sociedades empresariais em que qualquer um dos réus figure como sócio ou quotista (Junta Comercial).

Improbidade

A decisão do juiz atende à Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa com Pedido de Indisponibilidade de Bens interposta pelo Ministério Público estadual (MPE), na qual constam como requeridos o prefeito e os demais citados em face do acidente ocorrido no Povoado Madragoa, em Bacuri, envolvendo uma caminhonete D-20 adaptada para transportar pessoas. Contrariando legislação vigente, o veículo transportava, sem condições de segurança, alunos da rede pública estadual quando ocorreu o acidente.

Na ação, o MPE solicita ainda o afastamento liminar do prefeito, dos membros da comissão de licitação, do pregoeiro e do integrante da equipe de apoio. Quanto à solicitação, o juiz concedeu o prazo de dez dias para que os requeridos se manifestem a respeito do pedido, após o que deve ser dada vista ao Ministério Público para se pronunciar sobre as manifestações (prazo de cinco dias) devendo os autos conclusos ser remetidos ao juiz.

Sem habilitação

Procedimento instaurado pelo MP com o fim de investigar o transporte escolar de crianças e adolescentes da rede pública de Bacuri constatou que esse transporte era feito pela D-20 envolvida no acidente, bem como outros transportes do tipo, além de 12 motos, um caminhão, sete veículos de passeio, cinco vans, quatro picapes e apenas dois micro-ônibus.

Ainda de acordo com a promotoria, o prefeito informou ao órgão que a empresa Conservis Ltda., contratada para o transporte, teria terceirizado o serviço e que o município já teria solicitado a documentação pertinente à terceirização, mas ainda não havia recebido.

Segundo o autor da ação, dos mais de 30 veículos listados e 33 motoristas, apenas dez carteiras de habilitação (quatro vencidas) foram encaminhadas ao órgão, "portanto, 23 motoristas dirigiam sem habilitação, fazendo o transporte de crianças e adolescentes". O MP, ainda, destaca que não há previsão legal para que motocicletas e caminhões "pau-de-arara" realizem transporte escolar.

Acidente

Segundo testemunhas, por volta das 18h30, um caminhão transportando pedras se chocou de frente com a caminhonete que levava os estudantes do município de Bacuri para o Povoado Madragoa. A Polícia Militar disse que, com o impacto, o veículo caiu em uma ribanceira.

Juiz realiza inspeção no novo Presídio São Luís 3 nesta sexta-feira

O juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça, |

O juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça, vai realizar, nesta sexta-feira (21), uma inspeção na nova unidade prisional da capital, o presídio São Luís 3.

A vistoria vai acontecer a partir das 8h30min e contará com a presença de representantes de órgãos públicos e entidades representativas. A finalidade é verificar a aplicação das rotinas carcerárias, as condições estruturais e realizar conversas com presos em regime provisório.

De acordo com o juiz, a atividade faz parte das competências da unidade judicial. Ele destaca que o Poder Judiciário do Maranhão tem contribuído de forma positiva para a melhoria da gestão prisional. "Ao longo dos últimos anos o Judiciário maranhense se organizou para realizar na esfera da execução penal a boa performance que hoje ostenta no cenário nacional, inclusive exportando boas práticas para outros estados, a exemplo da unidade de monitoramento", afirma.

Fernando Mendonça ainda destaca que a fiscalização permite melhor acompanhamento dos trabalhos, bem como aferir se o mesmo acontece de acordo com as normas vigentes. "É importante essa visita aos presídios periodicamente para que se verifique se realmente as disposições que a Lei de Execuções Penais impõe aos órgãos administrativos estão sendo cumpridas na sua integralidade", explica.

De acordo com o magistrado, além da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA e da Secretaria de Administração Penitenciária, devem participar da inspeção o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Conselho Penitenciário, o Conselho da Comunidade, o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e representantes do Observatório da Violência.

Festival Halleluya 2014 começa nesta sexta-feira (21), na Maria Aragão

A 13ª edição do Festival Halleluya em São Luís começa nesta sexta-feira (21). Serão três dias do evento que promete atrair cerca de 60 mil pessoas para a Praça Maria Aragão. Além das atrações musicais como Davidson Silva, Cosme, Gil Monteiro, Ana Gabriela, Diego Fernandes, Shalom Roots, Banda Parresia, Missionário Shalom e os DJ's Henrique de Carvalho e Claudinho Polary, o Halleluya conta com espaços onde acontecerão atividades paralelas às apresentações. O Halleluya Kids, o Espaço da Misericórdia, o Halleluya Quero +, a livraria e outros, devem também garantir a atenção do público presente.

Para o coordenador do evento em São Luís, Uerlley Soares, a expectativa para o início da festa é grande. "Nosso objetivo é evangelizar, por isso reforço o convite para que possamos, juntos, participar dessa grande festa. Tudo está sendo preparado com muito carinho e os artistas já estão chegando na cidade", destacou Uerlley.

O Halleluya é organizado pela Comunidade Católica Shalom e já faz parte do calendário cultural da cidade de São Luís. O evento, além da música, engloba outras artes como o teatro e a dança. No total, serão 11 atrações durante os três dias de evento. Depois da celebração da Missa, marcada para iniciar às 18h, quem sobe ao palco na noite do primeiro dia de Halleluya é a Banda Shalom Roots e os cantores Davidson Silva e Diego Fernandes.

A 13ª edição do Festival Halleluya acontece até domingo (23) e também terá apresentações de dança com o Ministério de Dança da Comunidade Shalom e da Comunidade Ebenézer. Para que todos possam aproveitar as atrações, a Prefeitura de São Luís garantiu frota de ônibus ao público até 1h da manhã.

A Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (CGJ) também estará presente no evento prestando informações sobre os serviços oferecidos pelo órgão, entre eles o Casamento Comunitário e o projeto "Reconhecer é Amar!". O objetivo é divulgar as ações realizadas pela CGJ e prestar maiores esclarecimentos sobre os serviços que podem ser úteis para a população.

DOAÇÃO DE ALIMENTOS

Este ano a organização do Halleluya está incentivando a doação de alimentos e pede que durante as três noites de evento os participantes doem 1 kg de alimento não perecível. Os alimentos podem ser entregues para membros da Comunidade Shalom, em local sinalizado no evento. Os alimentos arrecadados serão doados para a Associação Shalom de Promoção Humana, Comunidade Efésios, Comunidade Eterna Aliança, Fraternidade o Caminho e entre outras instituições.

DOAÇÃO DE SANGUE

Os interessados em participar da campanha de doação "Sou um Doador Oficial do Halleluya", realizada em parceria com o Centro de Hemoterapia do Maranhão (Hemomar), devem estar atentos aos requisitos básicos: Estar em boas condições de saúde; ter entre 18 e 69 anos, desde que a primeira doação tenha sido feita até os 60 anos; pesar no mínimo 50 kg; ter dormido pelo menos 6 horas nas últimas 24 horas; estar alimentado (evitar alimentação gordurosa nas 4 horas que antecedem a doação); não ter ingerido bebida alcoólica nas 12 horas que antecedem a doação; e apresentar documento original com foto emitido por órgão oficial.

Além das doações de sangue na sexta-feira (21) e no domingo (23), a Hemomar estará coletando, no sábado (23), amostras de sangue daqueles que desejarem ser doadores de medula óssea. Os dados pessoais e os resultados dos testes serão armazenados no Registro de Doadores Voluntários de Medula Óssea. Posteriormente, caso seja encontrado um paciente compatível, o doador é chamado para exames complementares e para realizar a doação.

PROGRAMAÇÃO DE SEXTA-FEIRA

18h00 - Abertura do Evento com Celebração Eucarística com Dom Xavier Gilles 19h00 - Show com Banda "Shalom Roots" 20h35 - Show com "Davidson Silva" 22h56 - Show com "Diego Fernandes"

Presídio São Luís 3 será inspecionado nesta sexta

O juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça, vai realizar, nesta sexta-feira (21), uma inspeção na nova unidade prisional da capital, o presídio São Luís 3. A vistoria vai acontecer a partir das 8h30min e contará com a presença de representantes de órgãos públicos e entidades representativas. A finalidade é verificar a aplicação das rotinas carcerárias, as condições estruturais e realizar conversas com presos em regime provisório.

De acordo com o juiz, a atividade faz parte das competências da unidade judicial. Ele destaca que o Poder Judiciário do Maranhão tem contribuído de forma positiva para a melhoria da gestão prisional. "Ao longo dos últimos anos o Judiciário maranhense se organizou para realizar na esfera da execução penal a boa performance que hoje ostenta no cenário nacional, inclusive exportando boas práticas para outros estados, a exemplo da unidade de monitoramento", afirma.

Fernando Mendonça ainda destaca que a fiscalização permite melhor acompanhamento dos trabalhos, bem como aferir se o mesmo acontece de acordo com as normas vigentes. "É importante essa visita aos presídios periodicamente para que se verifique se realmente as disposições que a Lei de Execuções Penais impõe aos órgãos administrativos estão sendo cumpridas na sua integralidade", explica.

De acordo com o magistrado, além da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA e da Secretaria de Administração Penitenciária, devem participar da inspeção o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Conselho Penitenciário, o Conselho da Comunidade, o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e representantes do Observatório da Violência.

As informações são do TJMA

Os desafios da Justiça

Um texto sem assinatura divulgado ontem no site da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão pontua algumas questões relevantes na esfera do Judiciário. Resume, de saída, que "todos querem um Judiciário célere e eficiente na garantia dos direitos constitucionais dos cidadãos". É isso e muito mais. Eis o motivo da criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Porém, para provar que é necessário, o órgão tem usado mão de ferro em fiscalização, exigências nunca antes imaginadas e determinando metas até draconianas para que a Justiça chegue à população. Ainda falta muito a ser feito, mas ocorreram sim avanços significativos, de cima a baixo na engrenagem do Judiciário.

O caminho é longo e cheio de obstáculos. Pois a Constituição de 88 abriu à sociedade as portas da democratização, que significa respeito aos seus direitos fundamentais. A demanda por justiça abarrotou todos os degraus do Judiciário, com pressão e cobranças que extrapolam a capacidade resolutiva dos tribunais. Juízes e funcionários reclamam da carga horária, que resulta no crescente volume de licenças médicas deles. Imagine a fadiga da população do salário mínimo na busca pelo reconhecimento de seus direitos.

Em 2013, o censo realizado pelo CNJ no Judiciário, magistrados tiram licença para tratamento de saúde por terem jornada de trabalho superior a 9 horas/dia. Ainda assim não conseguem solucionar a crescente demanda processual, que em todo país já se aproxima de 100 milhões de ações. Mas será que a pesquisa atribui tamanha dedicação ao ofício judicante a todos os magistrados? A Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, Nelma Sarney, dá uma indicação, jogando na defensiva. "O Judiciário não é o vilão do congestionamento processual". Acerta ao propor uma atuação integrada dos poderes e órgãos públicos em todo Brasil para destravar os gargalos da Justiça.

Nelma Sarney constata que, a pesar de ser mais evidente no Judiciário, a pressão ocorre sobre todo o sistema de Justiça e atinge promotores, advogados, defensores e até integrantes da polícia judiciária (polícia civil). E é verdade. Atualmente, somente nas varas de Justiça do Maranhão, 406 mil processos tramitam em busca de solução. São 39 mil só nos juizados especiais. Isso tudo, depois do número de julgamentos ter saltado de 72 mil em 2010 para 2014 mil em 2013. Até poucos anos, esses números eram simplesmente inimagináveis. Mais a democracia, entre outras virtudes, abre a consciência do cidadão sobre como buscar a Justiça para suas demandas. Hoje, qualquer pessoa sabe pegar uma folha de papelão e implora na via pública: "Queremos JUSTIÇA!"

Telefones e internet na cidade de Rosário estão sem funcionar desde o início da semana

Desde o início da semana, a Comarca de Rosário encontra-se incomunicável em função de problemas com a telefonia. O acesso à internet também está prejudicado desde a data. A informação é da juíza Karine Lopes de Castro, titular da 1ª Vara da comarca.

Segundo a juíza, a unidade encontra-se em correição desde o último dia 03, com encerramento previsto para o dia 03 de dezembro. "A correição está em andamento, mas não estamos cadastrando nada", informa a magistrada referindo-se à alimentação do sistema Themis, do Poder Judiciário, no qual são cadastradas as movimentações processuais.

A interrupção dos serviços de telefonia e internet teria sido causada pelo rompimento de um cabo da operadora OI, prestadora dos serviços. A previsão da operadora é que até as 17h o problema seja sanado.

Tramitam na 1ª Vara da comarca mais de três mil processos.

Brasil enviará relatório sobre ações em Pedrinhas à Corte de Direitos Humanos

Saiba mais...Juiz realiza inspeção no novo Presídio São Luís 3 nesta sexta-feira Corte Interamericana cobra ação imediata do Governo Brasileiro sobre Pedrinhas O Estado brasileiro passará a enviar informações trimestrais à Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre as ações desenvolvidas no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, segundo o Ministério da Justiça.

A ação foi requerida pela corte, que expediu mediante provisória determinando que o país adote medidas imediatas para preservar a vida e a integridade pessoal das pessoas privadas de liberdade no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, assim como de agentes e visitantes. De acordo com o ministério, o primeiro prazo para reportar as informações é fevereiro de 2015.

Em resposta, o Ministério da Justiça afirmou que "O governo brasileiro já está atuando no cumprimento das medidas provisórias referentes ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas" e que "o governo federal e o governo do estado do Maranhão avaliarão, de forma conjunta, a melhor forma de monitorar o cumprimento das medidas".

A situação em Pedrinhas é considerada "extrema gravidade" pelo órgão do sistema interamericano de direitos humanos, por isso ele expediu a medida, que também estabelece que as ações feitas pelo Estado devem ser comunicadas aos representantes dos beneficiários delas. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apenas em 2013, aproximadamente 60 pessoas presas no complexo foram mortas em 2013.

Juiz realiza inspeção no novo Presídio São Luís 3 nesta sexta-feira

O juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça, vai realizar, nesta sexta-feira (21), uma inspeção na nova unidade prisional da capital, o presídio São Luís 3. A vistoria vai acontecer a partir das 8h30min e contará com a presença de representantes de órgãos públicos e entidades representativas. A finalidade é verificar a aplicação das rotinas carcerárias, as condições estruturais e realizar conversas com presos em regime provisório.

Saiba mais...Corte Interamericana cobra ação imediata do Governo Brasileiro sobre Pedrinhas Brasil enviará relatório sobre ações em Pedrinhas à Corte de Direitos Humanos De acordo com o juiz, a atividade faz parte das competências da unidade judicial. Ele destaca que o Poder Judiciário do Maranhão tem contribuído de forma positiva para a melhoria da gestão prisional. "Ao longo dos últimos anos o Judiciário maranhense se organizou para realizar na esfera da execução penal a boa performance que hoje ostenta no cenário nacional, inclusive exportando boas práticas para outros estados, a exemplo da unidade de monitoramento", afirma.

Fernando Mendonça ainda destaca que a fiscalização permite melhor acompanhamento dos trabalhos, bem como aferir se o mesmo acontece de acordo com as normas vigentes. "É importante essa visita aos presídios periodicamente para que se verifique se realmente as disposições que a Lei de Execuções Penais impõe aos órgãos administrativos estão sendo cumpridas na sua integralidade", explica.

De acordo com o magistrado, além da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA e da Secretaria de Administração Penitenciária, devem participar da inspeção o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Conselho Penitenciário, o Conselho da Comunidade, o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e representantes do Observatório da Violência.

Tribunal de Justiça do Maranhão elege membros da corte

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA) elegeu dois juízes para compor a corte da instituição. Os juízes José de Ribamar Castro e João Santana Sousa são os novos desembargadores e foram empossados logo após a sessão plenária, pela presidente Cleonice Freire.

O magistrado José de Ribamar Castro concorreu com onze candidatos, por merecimento. Ele venceu com 1.948 pontos, no critério de merecimento. O magistrado João Santana foi eleito por unanimidade por ter sido candidato único pelo critério de antiguidade.

Além de José Ribamar Castro, outros dois juízes foram mais votados: José Jorge Figueiredo e Tyrone José Silva. Eles obtiveram 1.930 pontos e 1.923, ficando na segunda e terceira colocação respectivamente. Os concorrentes já figuram por duas vezes na lista tríplice de acesso ao Tribunal, o que mais na frente lhes garantirá acesso automático à Corte.

José de Ribamar Castro avaliou positivamente a indicação. "Como a magistratura é uma atividade de carreira, você tem uma alegria muito grande quando consegue alcançar esse ponto máximo. Agora, a gente vê, por outro lado, que a responsabilidade aumenta: quanto maior a atribuição, evidentemente, maior a responsabilidade", ressaltou.

O magistrado João Santana afirmou que esperou muitos anos pela promoção. "Sempre esperei essa promoção. São 33 anos de magistratura. Acabo de receber da Corregedoria parabéns pela produtividade", comemorou. Ao todo, vinte e um membros do Tribunal participaram da sessão que definiu os novos nomes, contando somente com a abstenção do voto do desembargador Joaquim Figueiredo, que deixou de votar pelo critério de merecimento. Joaquim se julgou impedido por ser irmão de um dos candidatos, o juiz Jorge Figueiredo.

Corregedoria estabelece normas de comunicação de entrada e saída de presos em unidades prisionais

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, publicou um provimento no qual dispõe sobre as normas a serem adotadas por todos os juízos em relação à comunicação do fluxo, permanência e saídas de pessoas do sistema penitenciário maranhense. Para elaborar o documento, a corregedora levou em consideração, entre outros, o fato de que a efetiva comunicação entre as autoridades judiciais, policiais e administrativas competentes irá incidir na redução do índice de presos provisórios no sistema penitenciário maranhense.

Considerou, também, a necessidade de sistematizar atos de comunicação da entrada, permanência e encaminhamento das pessoas que estão privadas de liberdade para a unidade prisional adequada aos fins determinados pela Constituição Federal e pela Lei de Execução Penal.

Juiz Fernando Mendonça realiza inspeção no novo Presídio São Luís 3

O juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça, vai realizar, nesta sexta-feira (21), uma inspeção na nova unidade prisional da capital, o presídio São Luís 3. A vistoria vai acontecer a partir das 8h30min e contará com a presença de representantes de órgãos públicos e entidades representativas. A finalidade é verificar a aplicação das rotinas carcerárias, as condições estruturais e realizar conversas com presos em regime provisório.

De acordo com o juiz, a atividade faz parte das competências da unidade judicial. Ele destaca que o Poder Judiciário do Maranhão tem contribuído de forma positiva para a melhoria da gestão prisional

Provimento da Corregedoria disciplina audiência de custódia para preso em flagrante delito

Provimento assinado nessa quinta-feira (20) pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, disciplina a audiência de custódia de presos em flagrante delito. Prevista na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), no provimento 14/2014 da CGJ e promulgada pelo Decreto Presidencial 678/1992, a audiência tem por objetivo o “exame da legalidade da prisão, ocorrência de tortura e conveniência da manutenção ou não da custódia”.

De acordo com o provimento (Provimento 21/2014-CGJ), quando de prisão em flagrante delito ocorrida durante o plantão judiciário criminal a audiência de custódia deve ser realizada pelo juiz da Central de Inquéritos, caso o juiz plantonista por algum motivo não tiver condições de realizá-la.

Festival Halleluya 2014 começa nesta sexta-feira em São Luís

A 13ª edição do Festival Halleluya em São Luís começa nesta sexta-feira (21). Serão três dias do evento que promete atrair cerca de 60 mil pessoas para a Praça Maria Aragão. Além das atrações musicais como Davidson Silva, Cosme, Gil Monteiro, Ana Gabriela, Diego Fernandes, Shalom Roots, Banda Parresia, Missionário Shalom e os DJ's Henrique de Carvalho e Claudinho Polary, o Halleluya conta com espaços onde acontecerão atividades paralelas às apresentações. O Halleluya Kids, o Espaço da Misericórdia, o Halleluya Quero +, a livraria e outros, devem também garantir a atenção do público presente.

Para o coordenador do evento em São Luís, Uerlley Soares, a expectativa para o início da festa é grande. “Nosso objetivo é evangelizar, por isso reforço o convite para que possamos, juntos, participar dessa grande festa. Tudo está sendo preparado com muito carinho e os artistas já estão chegando na cidade”, destacou Uerlley.

O Halleluya é organizado pela Comunidade Católica Shalom e já faz parte do calendário cultural da cidade de São Luís. O evento, além da música, engloba outras artes como o teatro e a dança. No total, serão 11 atrações durante os três dias de evento. Depois da celebração da Missa, marcada para iniciar às 18h, quem sobe ao palco na noite do primeiro dia de Halleluya é a Banda Shalom Roots e os cantores Davidson Silva e Diego Fernandes.

A 13ª edição do Festival Halleluya acontece até domingo (23) e também terá apresentações de dança com o Ministério de Dança da Comunidade Shalom e da Comunidade Ebenézer. Para que todos possam aproveitar as atrações, a Prefeitura de São Luís garantiu frota de ônibus ao público até 1h da manhã.

A Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (CGJ) também estará presente no evento prestando informações sobre os serviços oferecidos pelo órgão, entre eles o Casamento Comunitário e o projeto “Reconhecer é Amar!”. O objetivo é divulgar as ações realizadas pela CGJ e prestar maiores esclarecimentos sobre os serviços que podem ser úteis para a população.

DOAÇÃO DE ALIMENTOS

Este ano a organização do Halleluya está incentivando a doação de alimentos e pede que durante as três noites de evento os participantes doem 1 kg de alimento não perecível. Os alimentos podem ser entregues para membros da Comunidade Shalom, em local sinalizado no evento. Os alimentos arrecadados serão doados para a Associação Shalom de Promoção Humana, Comunidade Efésios, Comunidade Eterna Aliança, Fraternidade o Caminho e entre outras instituições.

DOAÇÃO DE SANGUE

Os interessados em participar da campanha de doação “Sou um Doador Oficial do Halleluya”, realizada em parceria com o Centro de Hemoterapia do Maranhão (Hemomar), devem estar atentos aos requisitos básicos: Estar em boas condições de saúde; ter entre 18 e 69 anos, desde que a primeira doação tenha sido feita até os 60 anos; pesar no mínimo 50 kg; ter dormido pelo menos 6 horas nas últimas 24 horas; estar alimentado (evitar alimentação gordurosa nas 4 horas que antecedem a doação); não ter ingerido bebida alcoólica nas 12 horas que antecedem a doação; e apresentar documento original com foto emitido por órgão oficial.

Além das doações de sangue na sexta-feira (21) e no domingo (23), a Hemomar estará coletando, no sábado (23), amostras de sangue daqueles que desejarem ser doadores de medula óssea. Os dados pessoais e os resultados dos testes serão armazenados no Registro de Doadores Voluntários de Medula Óssea.

Posteriormente, caso seja encontrado um paciente compatível, o doador é chamado para exames complementares e para realizar a doação.

PROGRAMAÇÃO DE SEXTA-FEIRA

18h00 - Abertura do Evento com Celebração Eucarística com Dom Xavier Gilles

19h00 - Show com Banda "Shalom Roots"

20h35 - Show com "Davidson Silva"

22h56 - Show com "Diego Fernandes"

Presídio São Luís 3 será inspecionado nesta sexta

Publicado: 21 Novembro 2014

A finalidade é verificar as condições estruturais

O juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça, vai realizar, nesta sexta-feira (21), uma inspeção na nova unidade prisional da capital, o presídio São Luís 3.

A vistoria vai acontecer a partir das 8h30min e contará com a presença de representantes de órgãos públicos e entidades representativas. A finalidade é verificar a aplicação das rotinas carcerárias, as condições estruturais e realizar conversas com presos em regime provisório.

De acordo com o juiz, a atividade faz parte das competências da unidade judicial. Ele destaca que o Poder Judiciário do Maranhão tem contribuído de forma positiva para a melhoria da gestão prisional. “Ao longo dos últimos anos o Judiciário maranhense se organizou para realizar na esfera da execução penal a boa performance que hoje ostenta no cenário nacional, inclusive exportando boas práticas para outros estados, a exemplo da unidade de monitoramento”, afirma.

Fernando Mendonça ainda destaca que a fiscalização permite melhor acompanhamento dos trabalhos, bem como aferir se o mesmo acontece de acordo com as normas vigentes. “É importante essa visita aos presídios periodicamente para que se verifique se realmente as disposições que a Lei de Execuções Penais impõe aos órgãos administrativos estão sendo cumpridas na sua integralidade”, explica.

De acordo com o magistrado, além da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA e da Secretaria de Administração Penitenciária, devem participar da inspeção o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Conselho Penitenciário, o Conselho da Comunidade, o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e representantes do Observatório da Violência.

Presídio São Luís 3 recebe inspeção de representantes de órgãos públicos

O presídio São Luís 3 vai receber nesta sexta-feira (21), a partir das 8h30, em São Luís, uma inspeção completa em todas as suas acomodações. A vistoria, que terá a averiguação do juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça, vai contar também durante todo o processo com a presença de representantes de órgãos públicos e entidades representativas.

O principal objetivo da inspeção é observar, minuciosamente, a aplicação das rotinas carcerárias, as condições estruturais, além de realizar conversas com os presos que se encontram em regime provisório naquela região. A atividade faz parte das competências da unidade judicial.

De acordo com o juiz, a supervisão serve como ponto fundamental para que sejam avaliados se o local está sendo bem administrado, e se as normas estão sendo seguidas de acordo como rege a lei prisional. "É importante essa visita aos presídios periodicamente para que se verifique se realmente as disposições que a Lei de Execuções Penais impõe aos órgãos administrativos estão sendo cumpridas na sua integralidade", explica.

A vistoria no presídio vai ser acompanhada pela Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA, pela Secretaria de Administração Penitenciária, pelo Ministério Público, a Defensoria Pública, o Conselho Penitenciário, o Conselho da Comunidade, o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e também pelos representantes do Observatório da Violência.

Juiz realiza inspeção no novo Presídio São Luís 3

O juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça, vai realizar, nesta sexta-feira (21), uma inspeção na nova unidade prisional da capital, o presídio São Luís 3. A vistoria vai acontecer a partir das 8h30min e contará com a presença de representantes de órgãos públicos e entidades representativas. A finalidade é verificar a aplicação das rotinas carcerárias, as condições estruturais e realizar conversas com presos em regime provisório.

De acordo com o juiz, a atividade faz parte das competências da unidade judicial. Ele destaca que o Poder Judiciário do Maranhão tem contribuído de forma positiva para a melhoria da gestão prisional. "Ao longo dos últimos anos o Judiciário maranhense se organizou para realizar na esfera da execução penal a boa performance que hoje ostenta no cenário nacional, inclusive exportando boas práticas para outros estados, a exemplo da unidade de monitoramento", afirma.

Fernando Mendonça ainda destaca que a fiscalização permite melhor acompanhamento dos trabalhos, bem como aferir se o mesmo acontece de acordo com as normas vigentes. "É importante essa visita aos presídios periodicamente para que se verifique se realmente as disposições que a Lei de Execuções Penais impõe aos órgãos administrativos estão sendo cumpridas na sua integralidade", explica.

Judiciário do Maranhão inicia implantação do PJE na segunda instância

A partir de dezembro, processos das Câmaras Criminais Reunidas passarão a tramitar em meio eletrônico

O Tribunal de Justiça do Maranhão inicia no dia 1º de dezembro a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) no âmbito do 2º Grau, nas Câmaras Criminais Reunidas. A partir dessa data as classes processuais revisão criminal; embargos de declaração, infringentes e de nulidade e agravos regimentais terão tramitação judicial, prática de atos processuais e sua representação por meio eletrônico feitos exclusivamente por intermédio do PJe na referida unidade.

Para dar início à implantação, está sendo cumprido calendário de treinamento envolvendo os servidores que atuam nos gabinetes dos desembargadores. Na sequência, a capacitação se estenderá aos magistrados.

O Processo Judicial Eletrônico (PJE) já foi implantado em 22 juizados especiais cíveis e turmas recursais da capital e do interior. De acordo com a Diretoria de Informática e Automação, nos últimos 60 dias foram atingidos 61% da meta de implantação e 89% de treinamento, restando apenas 14 das 36 unidades previstas para serem atendidas até o final de novembro.

Segundo o juiz coordenador geral do comitê de implantação, Roberto Abreu, o total atingido supera a meta de implantação do PJE definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para os tribunais estaduais, que é de 10% das unidades judiciais de 1º e 2º graus, ainda este ano. No caso do TJMA, seriam apenas 26 unidades em 2014, mas vamos além, devendo concluir a implantação nos demais órgãos até o final de 2017, acrescenta.

Em dois meses de implantação, foram abertos 2 mil novos processos eletrônicos nos juizados e registradas mais de 10 mil sem o uso de papel, em portal próprio disponível no painel do usuário do sistema, garantindo maior agilidade no andamento e acompanhamento processual.

A movimentação dos processos por magistrados, servidores e operadores do Direito pela ferramenta eletrônica exige certificação digital, uma espécie de assinatura eletrônica, que deve ser providenciada junto ao Banco do Brasil.

O SISTEMA - O PJE é um sistema desenvolvido para a automação da Justiça a nível nacional coordenado pelo CNJ, sendo atualmente o maior projeto do Poder Judiciário. O sistema PJe é um serviço informatizado de constituição, representação eletrônica, processamento de informações, prática de atos processuais, gestão e tramitação de processos jurisdicionais e administrativos.

Provimento da Corregedoria disciplina audiência de custódia para preso em flagrante delito

Provimento assinado nessa quinta-feira (20) pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, disciplina a audiência de custódia de presos em flagrante delito. Prevista na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), no provimento 14/2014 da CGJ e promulgada pelo Decreto Presidencial 678/1992, a audiência tem por objetivo o exame da legalidade da prisão, ocorrência de tortura e conveniência da manutenção ou não da custódia.

De acordo com o provimento (Provimento 21/2014-CGJ), quando de prisão em flagrante delito ocorrida durante o plantão judiciário criminal a audiência de custódia deve ser realizada pelo juiz da Central de Inquéritos, caso o juiz plantonista por algum motivo não tiver condições de realizá-la. A audiência deve ser realizada na sala de audiências da Central de Inquéritos, em até 48 horas após o recebimento do comunicado de prisão.

A prisão é medida de exceção por imperativo constitucional, justificando-se somente nos casos expressos em lei, quando não comportar nenhuma das medidas cautelares alternativas à prisão e estiverem presentes os requisitos da prisão preventiva, destaca a corregedora da Justiça no provimento, ressaltando a obrigação do juiz de converter em prisão preventiva a prisão em flagrante delito, quando não for o caso do seu relaxamento ou concessão de liberdade provisória, com ou sem medida cautelar diversa da prisão.

Teleaudiência - Para a realização da audiência, a secretaria judicial vinculada ao juiz deve, entre outras providências: preparar o auto de prisão em flagrante delito; oficiar ao setor de escolta da SEJAP para apresentação do preso em dia, hora e local designados pelo juiz; preparar as intimações e notificações para a Defensoria Pública, Ministério Público e equipe multidisciplinar e fazer as consultas sobre a vida pregressa do preso.

Se durante a audiência o preso relatar ocorrência de tortura, cabe ao juiz oficiar o encaminhamento do mesmo para o Instituto Médico Legal para a realização de perícia técnica e à promotoria de Justiça competente para as providências que entender necessárias, reza o documento.

Ainda segundo o documento, quando se tratar de preso que possa colocar em risco a escolta do trajeto do seu deslocamento até a audiência, ou para as autoridades que participarão do ato, a audiência se dará pelo sistema de teleaudiência.

Caso o juiz conceda a liberdade provisória do preso mediante aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, deverá determinar o encaminhamento do liberado à equipe multidisciplinar do Fórum para que seja traçado o perfil do liberado e encaminhamento do mesmo ao setor competente para o monitoramento domiciliar e/ou eletrônico, quando assim determinado na ata da audiência.

Semana da Conciliação tem início na próxima segunda-feira

Será aberta na próxima segunda-feira (24), 10h da manhã, no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, a IX Semana Nacional de Conciliação, campanha de mobilização, realizada anualmente, que envolve todos os tribunais brasileiros, os quais selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito. A semana segue até o dia 28 de novembro, sexta-feira.

No juizado, que fica na UEMA, estarão presentes diversas autoridades na solenidade de abertura, entre as quais a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, e o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos.

Para o período, estão agendadas no Maranhão 11.870 (onze mil, oitocentos e setenta) audiências, lembrando que algumas unidades ainda não informaram o quantitativo de audiências agendadas. No ano passado, no Maranhão, foram agendadas 15.315 audiências. Destas, 15.257 ocorreram, sendo um dos índices mais altos do país.

Entre as unidades que mais agendaram audiências para a Semana Nacional de Conciliação, destaque para a Vara única de Anajatuba, com 504 audiências. Em Turiaçu serão 435, na 1ª Vara de Buriticupu serão 416, em São Mateus estão marcadas 407. Na capital, o 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo terá 214 audiências, e o 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo terá 118. Para o juiz Alexandre Abreu, a justiça maranhense já vem priorizando a conciliação há algum tempo.

Fórum - Estão agendadas para o Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) 882 audiências da IX Semana Nacional de Conciliação. O mutirão do Projeto Reconhecer é Amar!, com 14 audiências de reconhecimento de paternidade, também integrará a programação do evento, uma campanha de mobilização, realizada anualmente em tribunais brasileiros, os quais selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito.

No Fórum de São Luís, informaram o número de audiências agendadas para a Semana da Conciliação a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª e 7ª Varas da Família, no total de 470 audiências; 12ª Vara Cível (20); 1º Juizado Criminal (121); o 3º e 8º Juizados Cíveis, com 214 e 57, respectivamente. A 4ª Vara da Família fará também o mutirão de reconhecimento de paternidade, que ocorre sempre na última sexta-feira do mês em uma das sete varas da Família de São Luís.

Para o primeiro dia de atividades da Semana da Conciliação no Fórum da capital estão agendadas 198 audiências. O Centro de Conciliação que funciona no fórum fará suas audiências no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (UEMA).

É um evento de caráter nacional, envolvendo uma ferramenta fundamental para o bom funcionamento do judiciário, que é a conciliação. Percebe-se o engajamento das unidades de todo o Estado, mesmo sendo o incentivo à conciliação uma constante nas varas e juizados do Maranhão, ressaltou a corregedora Nelma Sarney. A semana da conciliação tem o objetivo, além de incentivar sempre a conciliação como alternativa viável e

interessante para a solução de conflitos, de reduzir o grande estoque de processos na justiça. e nossos juizados estão sobrecarregados de processos, mas têm realizado um belo trabalho, ressalta Márcia Chaves, juíza coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

Conciliar foi, é, e será sempre o melhor caminho. Evita perda de tempo, evita aborrecimentos e desgastes, e desafoga o trabalho das unidades judiciais. Há tempos que a Justiça maranhense atentou-se para isso, e com a recente implantação dos centros de conciliação, temos a intenção fazer com que a utilização do diálogo e do entendimento seja uma constante na solução de questões judiciais, ressalta o magistrado.

Sobre a Semana Durante a Semana Nacional da Conciliação, os tribunais de todo o Brasil selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas no conflito. Caso o cidadão ou instituição tenha interesse em incluir o processo na Semana, deve procurar, com antecedência, o tribunal em que o caso tramita. Quando uma empresa ou órgão público está envolvido em muitos processos, normalmente, o tribunal faz uma audiência prévia pára sensibilizar a empresa/órgão a trazer ao mutirão boas propostas de acordo.

As conciliações pretendidas durante a Semana são chamadas de processuais, ou seja, quando o caso já está na Justiça. No entanto, há outra forma de conciliação: a pré-processual ou informal, que ocorre antes do processo ser instaurado e o próprio interessado busca a solução do conflito com o auxílio de conciliadores e/ou juízes. A Semana Nacional da Conciliação é um marco anual das ações do Conselho Nacional de Justiça e dos tribunais para fortalecer a cultura do diálogo. Mais de 60 mil processos devem ser resolvidos durante IX Semana Nacional de Conciliação, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Semana da Conciliação tem início na próxima segunda-feira (24)

A IX Semana Nacional de Conciliação será aberta na próxima segunda-feira (24), às 10h , no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo.

Durante a campanha, os tribunais de todo o Brasil selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas no conflito.

Para o período, estão agendadas no Maranhão 11.870 (onze mil, oitocentos e setenta) audiências, lembrando que algumas unidades ainda não informaram o quantitativo de audiências agendadas. No ano passado, no estado, foram agendadas 15.315 audiências. Destas, 15.257 ocorreram, sendo um dos índices mais altos do país.

“A semana da conciliação tem o objetivo, além de incentivar sempre a conciliação como alternativa viável e interessante para a solução de conflitos, de reduzir o grande estoque de processos na justiça. e nossos juizados estão sobrecarregados de processos, mas têm realizado um belo trabalho”, ressalta Márcia Chaves, juíza coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

Decisão por intervenção no município é do TJ-MA

O desembargador Ricardo Duailibe, autor da decisão que suspendeu a ação de intervenção na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), disse, baseado na Constituição Estadual, que o Tribunal de Justiça do Maranhão é o responsável pela decisão sobre o pedido de intervenção no município do Estado. A informação foi publicada no portal do judiciário na manhã desta quarta-feira (20), no portal do judiciário.

Na decisão de suspensão da intervenção, o magistrado disse não haver a menor dúvida de que “há vários anos, São Luís vem sendo servida por um péssimo serviço de transporte urbano de passageiros”, mas fez questão de destacar que a Constituição Estadual é taxativa no seu artigo 17, inciso II, no sentido de que a decretação de intervenção dependerá de provimento pelo Tribunal de Justiça, de representação do procurador-geral da justiça, no caso de assegurar a observância de princípios constitucionais ou para prover a execução da lei.

“E o Regimento Interno deste Tribunal, quando trata da intervenção em município, determina que só o procurador-geral da Justiça pode fazer a representação (art. 370)”, acrescentou Ricardo Duailibe, ressaltando que sua decisão é temporária, até que seja julgado o mérito da reclamação.

Segundo Duailibe, o artigo 461, parágrafo 5º do Código de Processo Civil permite ao magistrado de primeira instância tomar outras medidas, como, por exemplo, fixar multa por dia de atraso do cumprimento ou até bloquear verbas públicas, mas não decidir pela intervenção. “Em resumo, o que a decisão fez foi defender a soberania do Tribunal. Se a Constituição diz que somente o Tribunal pode decretar a intervenção, é vedado ao juiz singular decretá-la”, disse o desembargador.

Ricardo Duailibe disse ainda que “o Tribunal de Justiça não é contra a melhoria do transporte urbano. Pelo contrário: entende que se deve, o quanto antes, fazer essas licitações para que melhore, mas tem a obrigação de impedir que seja usurpada sua competência originária”, concluiu Duailibe.

Semana da Conciliação inicia na próxima segunda

Será aberta na próxima segunda-feira (24), 10h da manhã, no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, a IX Semana Nacional de Conciliação, campanha de mobilização, realizada anualmente, que envolve todos os tribunais brasileiros, os quais selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito. A semana segue até o dia 28 de novembro, sexta-feira.

No juizado, que fica na UEMA, estarão presentes diversas autoridades na solenidade de abertura, entre as quais a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, e o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos.

Para o período, estão agendadas no Maranhão 11.870 (onze mil, oitocentos e setenta) audiências, lembrando que algumas unidades ainda não informaram o quantitativo de audiências agendadas. No ano passado, no Maranhão, foram agendadas 15.315 audiências. Destas, 15.257 ocorreram, sendo um dos índices mais altos do país.

Entre as unidades que mais agendaram audiências para a Semana Nacional de Conciliação, destaque para a Vara única de Anajatuba, com 504 audiências. Em Turiaçu serão 435, na 1ª Vara de Buriticupu serão 416, em São Mateus estão marcadas 407. Na capital, o 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo terá 214 audiências, e o 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo terá 118. Para o juiz Alexandre Abreu, a justiça maranhense já vem priorizando a conciliação há algum tempo.